



SETOR DA CONSTRUÇÃO E SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT/MTB) SE UNEM PARA CANPAT CONSTRUÇÃO 2017/2018

CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO SERÁ LANÇADA DURANTE O III ENCONTRO NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO



CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Na próxima semana, durante o III Encontro Nacional de Segurança e Saúde na Indústria da Construção, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o Ministério do Trabalho, por meio da sua Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), e o Sesi-DN lançarão a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes na Indústria da Construção (CANPAT Construção 2017/2018). “É a primeira vez em que empregadores do setor da construção e a Fiscalização do Trabalho se juntam para um evento de tamanha dimensão. A melhor forma de promover saúde e segurança no trabalho é informar e conscientizar empregadores e empregados sobre a importância de seguir as regras estabelecidas”, ressalta o presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC, Fernando Guedes.

A iniciativa inédita no âmbito da CBIC, é uma das principais ações estratégicas da entidade para combater a informalidade e fomentar a segurança, a saúde e o bem-estar do trabalhador da construção. Seu lançamento oficial ocorrerá na

manhã do dia 10 de outubro, durante o painel “Edificar o Trabalho”. O evento será realizado em Brasília, no complexo Brasil 21.

Pela CANPAT Construção Civil 2017/2018, serão disseminadas as boas práticas de empresas do segmento em todo o Brasil. “O objetivo é fazer com que todos conheçam as melhores experiências adotadas nos canteiros de obras e apliquem em seu dia a dia”, destaca Fernando Guedes. Para este ano, já estão previstos eventos em Ribeirão Preto (SP), no dia 23 de novembro, e em Fortaleza (CE), no dia 30 de novembro. Para o primeiro semestre de 2018 serão realizados eventos em Belém do Pará (01/02) em Goiânia (01/03) e Porto Alegre (22/03). A previsão é de que, até março de 2018, pelo menos um evento seja realizado em cada região do País para disseminar as iniciativas.

Durante o painel “Edificar o Trabalho”, que será realizado das 9h30 às 12h30, haverá também um debate sobre a “Modernização das Leis do Tra-

balho”, com a análise dos impactos da segurança e saúde, especialmente em função da Lei 13.467/2017, que entrará em vigor no próximo mês de novembro. O objetivo é esclarecer e preparar empregados e empregadores para o novo momento das relações de trabalho no Brasil. Estão sendo esperadas as participações de autoridades dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público do Trabalho

e representantes dos trabalhadores.

Na parte da tarde, o evento ainda possibilitará aos participantes conhecer as ações estratégicas do Sesi e dos Seconcis para a indústria da construção, além de contar com uma palestra especial do órgão fiscalizador do trabalho no setor. Para mais informações e inscrições, [clique aqui](#).



III ENCONTRO NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

9h - Credenciamento e café de boas vindas

9h45 - Abertura

10h - Painel 1 - Edificar o Trabalho

José Carlos Martins – Presidente da CBIC

Fernando Guedes Ferreira Filho – Presidente da CPRT/CBIC

Maria Teresa Pacheco Jensen – Secretária de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho;

Rodrigo Dias da Fonseca – Juiz do Trabalho do TRT da 18ª Região (Goiás)

Rogério Marinho – Deputado Federal (Relator da Reforma Trabalhista)

Antônio de Sousa Ramalho – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção de São Paulo (Sintracon-SP), representando os trabalhadores do setor

Rafael Lucchesi – Diretor Superintendente do Sesi Nacional

Sylvia Lorena Teixeira de Sousa - Gerente Executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Mediação: Jornalista Alexandre Garcia

12h30 - Intervalo (Brunch)

13h30 - Painel 2 - Sesi-DN – Ações estratégicas do Sesi para a indústria da construção – Emmanuel de Souza Lacerda – Gerente Executivo de Saúde e Segurança na Indústria, Serviço Social da Indústria / Departamento Nacional (Sesi-DN)

14h - Painel 3 - Seconci Brasil – Ações do Seconci - Antônio Carlos Salgueiro de Araújo – Presidente do Serviço Social da Indústria da Construção (Seconci Brasil)

14h40 - Painel 4 - Palestra especial do Ministério do Trabalho, a ser proferida pelo auditor fiscal da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), José Almeida Martins de Jesus Junior.

Moderadores:

Fernando Guedes Ferreira Filho – Presidente da CPRT/CBIC

Haruo Ishikawa – Vice-presidente de Relações Capital-Trabalho e Responsabilidade Social do Sinduscon-SP e líder do Projeto de Segurança e Saúde no Trabalho da CPRT/CBIC.

16h - Encerramento

SETOR DA CONSTRUÇÃO DEBATE PROPOSTAS PARA FORTALECER PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS LATINOAMERICANAS DURANTE 31º CONGRESSO INTERAMERICANO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Divulgação



(Da esquerda para direita) Segundo vice-presidente da Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), Iván Szczech; o presidente da Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA), Jorge Mas; o representante da CBIC, Murillo Allevato e o vice-presidente Corporativo de Setores Produtivo e Financeiro (CAF), Alejandro Gumicio.

Um dos destaques do 31º Congresso Interamericano da Indústria da Construção, realizado nos últimos dias 4 e 5 de outubro, no Hotel Sheraton Buenos Aires, na Argentina, foi o debate sobre o “Fortalecimento de Pequenas e Médias Empresas Latinoamericanas”, do qual a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) participou, representada por Murillo Allevato. Uma das propostas aprovadas durante o painel que tratou do tema foi a de desenvolver parcerias público-privadas para pequenas e médias empresas, como opção de ampliação de mercado e, ainda, uma ação voltada à introdução do conceito de desenvolvimento de projetos junto às empresas do setor da construção.

Também foram ressaltadas a importância de como promover a ampliação de financiamentos internacionais junto às pequenas e médias empresas latinoamericanas e a importância da participação de mais empresas, tendo em vista a consolidação de um novo cenário de negócios voltado para a ética e compliance.

Além da CBIC, integraram o painel o presidente da Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA), Jorge Mas, o diretor de Setores Produtivos da CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina, Alejandro Gumicio e o segundo vice-presidente da Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), Iván Szczech.

Em sua exposição, Allevato citou o Projeto de Ética e Compliance da CBIC, realizado pelo seu Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc), com a correalização do Sesi Nacional, já amplamente divulgado pela CBIC em diversas regiões brasileiras. “A intenção do setor da indústria da construção brasileira é expandir a atuação de pequenas e médias empresas no País”, destacou.

Durante o painel, discutiu-se também propostas de fortalecimento para as pequenas e médias empresas latino-americanas, como: disseminar o conceito de project finance; visar o conceito de parcerias público-privadas como um tema integrado junto com questões técnicas, financeiras e ambientais, e a importância do crescimento econômico junto com disseminação de ferramentas voltadas à estruturação de um projeto.

O representante da CAF alertou sobre a dificuldade em estabelecer parcerias junto às pequenas e médias empresas. No entanto, durante o evento deu-se início a uma proposta de parceria junto aos bancos de desenvolvimento e criação de linhas de créditos específicas.

O congresso, que integrou a programação da FIIC, em Buenos Aires, reuniu representantes das Câmaras da Construção de 18 países latinoamericanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Dominicana, El Salvador, Uruguai e Venezuela), que integram a Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC).

A participação da CBIC durante a programação da FIIC na Argentina conta com a correalização do Senai Nacional.

A FORÇA QUE VOCÊ PRECISAVA PARA CONTROLAR SUA OBRA

**SOFTWARE DE MOBILIDADE PARA A
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**

conheça nossa solução ►



Robuss
Teclógica
Construção

OUCS, IMPORTANTE ALTERNATIVA PARA FINANCIAR O DESENVOLVIMENTO URBANO

Divulgação



Marcus Vinícius Rego apresenta a IN 333/2014 em evento em Recife

Operações Urbanas Consorciadas – OUC são um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação de moradores, usuários permanentes e investidores privados, objetivando alcançar, em uma área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

O Ministério das Cidades entende que, diante do atual panorama de restrição de recursos orçamentários em todas as esferas, as Operações Urbanas Consorciadas, por não comprometerem sequer o limite de endividamento dos municípios, representam importante alternativa a ser considerada para o financiamento do Desenvolvimento Urbano no Brasil, a exemplo do que já vem sendo feito em diversos países desenvolvidos.

Para Marcus Vinícius Rego, diretor de Gestão de Risco e Reabilitação Urbana- Ministério das Cidades, é “através das Operações Urbanas Consorciadas -

OUC, que excepciona a Lei do Uso e a ocupação do Solo, com o intuito de requalificar uma área específica da cidade com intervenções urbanísticas, realizadas por meio das iniciativas públicas em conjunto com empresas privadas, espera-se uma melhora desta área, com valorização imobiliária no espaço da cidade que recebeu a intervenção urbanística”.

As primeiras discussões sobre Operação Urbana no Brasil surgiram no fim da década de 1970, sendo o marco de consolidação a criação do Estatuto da Cidade no ano de 2001.

O Estatuto das Cidades dispõem que o ente responsável pela Operação Urbana Consorciada é o governo municipal. Tendo em vista a situação econômica pela qual os municípios vêm passando, a possibilidade da realização de operações estruturadas como as OUC permite que os entes municipais realizem investimentos necessários

para o desenvolvimento e/ou recuperação de áreas degradadas, auxiliando no desenvolvimento das cidades. Ao mesmo tempo, despertam o interesse comercial, atraindo a iniciativa privada a investir nestas áreas, mediante a compra de potencial adicional de construção.

Inicialmente o conceito de solo criado e de operação urbana caminhavam separados. Os dois conceitos se fundiram com a ideia de Operação Interligada, inicialmente chamada de lei do desfavelamento. No começo, essas operações sofreram muita resistência e foram consideradas inconstitucionais por alterar o zoneamento urbano. Nesse contexto surgiu o conceito da contrapartida, uma compensação pela regulamentação de uso e ocupação do solo.

A Operação Urbana Consorciada é um instrumento previsto no Estatuto da Cidade e inicia-se com a aprovação de Lei municipal específica, baseada no plano diretor. A partir da definição do escopo e do perímetro da OUC, os municípios podem realizar contratos com a iniciativa privada, por meio das Parcerias Público-Privada. Esses contratos de PPP não podem ser de valor inferior a R\$ 20 milhões e devem ter duração de no mínimo 5 e no máximo 35 anos. Dessa forma, um ou mais contratos de PPP podem integrar a estrutura de uma OUC.

As OUC que utilizam recursos do FGTS devem seguir o ordenamento jurídico previsto na IN 33/2014 e demais alterações, sendo necessária a elaboração de um Plano de Habitação de Interesse Social, com foco nas necessidades habitacionais, em especial na habitação de interesse social, bem como demais medidas para proporcionar a permanência da população de baixa renda na área da OUC.

Essas operações diferem da forma tradicional de financiamento, em especial com recurso do FGTS, no qual o ente público termina por ser o financiador exclusivo das obras em apenas uma modalidade (ou habitação, ou saneamento, ou mobilidade urbana), trazendo, como inovação, a possibilidade de participação da iniciativa privada em modelos que converjam as necessidades públicas e as demandas privadas dos participantes da OUC.

A CAIXA, como Agente Operador do FGTS, tem como objetivo fomentar os investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura. A OUC é uma forma integrada de utilização dos recursos do FGTS nas três modalidades. Além disso, é papel da CAIXA executar o orçamento definido pelo Ministério das Cidades, que em 2017 disponibilizou R\$ 500 milhões do orçamento do FGTS para operações dessa natureza.

Divulgação Caixa



Segundo a Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias, Deusdina dos Reis Pereira (foto), “A CAIXA e o FGTS têm papel fundamental para o desenvolvimento das Operações Urbanas Consorciadas. Está no nosso DNA o desenvolvimento urbano por meio de políticas públicas que invistam em habitação, saneamento e infraestrutura urbana para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira”.

Por se tratar de uma operação complexa, cujo meio de implementação é pouco conhecido pelos gestores municipais, o Ministério das Cidades está realizando eventos em conjunto com a CBIC, através da CII (Comissão da Indústria Imobiliária) e da COP (Comissão de Infraestrutura), Caixa e FGTS e correalização do SENAI, para divulgar o instrumento OUC para Governo dos Estados, Prefeituras Municipais, Secretarias de Habitação, de Obras, Saneamento e Mobilidade Urbana, e para empresários do setor produtivo.

Texto elaborado pela gestora de projetos da CII, eng^a Ludmila Pires Fernandes



PSQS CONTRIBUEM PARA A REDUÇÃO DO PERCENTUAL DOS MATERIAIS E COMPONENTES DA CONSTRUÇÃO CIVIL HABITACIONAL NÃO CONFORMES COM AS NORMAS DA ABNT

Divulgação/Ministério das Cidades



Combater a não conformidade com as normas técnicas de materiais, componentes e sistemas construtivos para a construção civil é um dos principais objetivos dos Programas Setoriais de Qualidade (PSQs) do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP-H) do Ministério das Cidades. Em entrevista ao **CBIC Mais**, a coordenadora geral do PBQP-H, Maria Salette de Carvalho Weber, destaca a importância dos PSQs para a redução do percentual dos materiais e componentes da construção civil habitacional não conformes com as normas da ABNT, bem como as vantagens da participação das fabricantes de produtos e do setor nos PSQs.

Confira a entrevista:

CBIC Mais: O desenvolvimento e implementação de Programas Setoriais de Qualidade

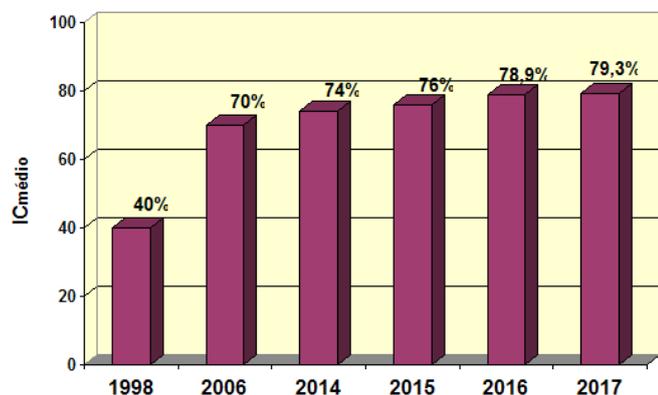
(PSQs) do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP-H) do Ministério das Cidades têm contribuído para a redução de custos de materiais e componentes da construção civil sem gerar prejuízo à qualidade dos produtos?

Maria Salette de Carvalho Weber: Ressaltamos que os PSQs do “Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos – SiMaC” do PBQP-H visam o combate a não conformidade às normas técnicas na fabricação, importação e distribuição de materiais, componentes e sistemas construtivos para a construção civil, de modo a monitorar a qualidade dos insumos utilizados nas unidades habitacionais e de obras de infraestrutura urbana, bem como zelar pela isonomia competitiva, evitando práticas desleais de concorrência e abuso de poder econômico. No âmbito dos PSQs há um ambiente favorável à evolução da qualidade dos materiais, induzido pelo processo de modernização tecnológica setorial, propiciando menor necessidade de substituição dos produtos, implicando em redução de custos e do impacto ambiental. No site do PBQP-H estão disponíveis, para consulta, [Relatórios de diversos setores](#) com informações de empresas que fabricam insumos para o setor da construção civil. Nesses Relatórios, atualizados trimestralmente, é possível consultar a relação das empresas que produzem, importam e distribuem materiais em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT (Empresas Qualificadas), bem como a relação daquelas empresas que insistem em colocar no mercado consumidor materiais não conformes, em desacordo com o “Código de Proteção e Defesa do Consumidor” (Empresas não conformes).

C.M: Com os PSQs, os segmentos têm conseguido reduzir o percentual médio dos

materiais e componentes da construção civil habitacional não conformes com as normas da ABNT?

M.S.C.W: Sim, o gráfico a seguir ilustra bem a evolução, ao longo dos anos, do Indicador de Conformidade médio (ICmédio) dos Programas Setoriais da Qualidade do SiMaC do PBQP-H, possibilitando visualizar uma evolução positiva em direção à meta mobilizadora de “alcançar e manter em 90% o percentual médio de conformidade com as normas técnicas, na fabricação, importação e



distribuição de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social”.

C.M: Quais são as vantagens da participação das empresas fabricantes de produtos e do setor da construção nos PSQs?

M.S.C.W: A principal vantagem das empresas participarem dos PSQs do SiMaC do PBQP-H e, classificadas como “Qualificadas”, reside no fato de não terem nenhuma restrição para fornecer seus produtos para as Construtoras que empreendem no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tendo em vista que a aquisição de insumos produzidos por empresa “Qualificada no PSQ do SiMaC do PBQP-H” é uma exigência do PMCMV desde a sua 1ª fase, iniciada em 2009. Atualmente essa exigência está estabelecida na Portaria nº 267, de 22 de março de 2017, do Ministério das Cidades, que “Dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com



Seguro de Vida e Acidentes em Grupo



**PLANO DE
AMPARO
SOCIAL
PASI IMEDIATO**

O Seguro PASI oferece planos para empresas de qualquer porte. A partir de 1 vida já é possível contratar.

**CLIQUE AQUI E SOLICITE
UMA PROPOSTA**

Seguro de Vida
Oficial da Indústria
da Construção

Convênio
CBIC
Núcleo de Seguros

Central PASI - 4000-1989
contato@pasi.com.br
www.pasi.com.br

Garantia:

Instagram Facebook YouTube /seguroPASI

MetLife®

Produto registrado na SUSEP sob nº 15414.003220/2010-81 e sob responsabilidade da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., código SUSEP 0635-1, CNPJ 02.102.498/0001-29. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autoridade, incentivo ou recomendação a sua comercialização.

recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)". Outra grande vantagem da empresa qualificada no PSQ do SiMaC consiste na possibilidade de vender seus produtos por meio do Cartão BNDES, uma vez que o cadastro de produtos do referido Cartão prioriza essas empresas, o que tem alavancando as vendas de materiais e componentes dos diversos setores da indústria de materiais.

C.M: Qual o novo escopo dos PSQs em função da Norma de Desempenho (NBR 15.575:2013 - Edificações Habitacionais - Desempenho)? Quais programas tiveram destaque no desenvolvimento de ações de melhorias após a NBR 15575/2013? Exemplifique.

M.S.C.W: A norma ABNT NBR 15.575:2013 trata de requisitos e critérios de desempenho de Sistemas (estruturais, vedação vertical, pisos, cobertura e instalações hidro sanitárias), nos quais são utilizados os produtos-alvo dos PSQs, assim, é desejável uma ação conjunta dos PSQs, no sentido de realizarem avaliações técnicas para a caracterização de Sistemas que atendam à norma de desempenho. À medida que esses Sistemas são avaliados, são disponibilizados para as empresas que executam serviços e obras da construção civil, na página de "[Desempenho Técnico para HIS](#)" do Ministério das Cidades. Merece destaque o "PSQ de Componentes para Sistemas Construtivos em Chapas de Gesso para Drywall", mantido pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Chapas para Drywall, que iniciou o Programa Setorial avaliando as chapas de gesso para Drywall e hoje ampliou o número de produtos-alvo, passando a avaliar os montantes, guias, canaletas C, suporte nivelador, tirantes, fita de papel, massa

para tratamento de juntas, feltro de lã de vidro e lã de PET para isolamento acústico.

O "Sistema Drywall" consiste de chapas de gesso parafusadas em estruturas de perfis de aço galvanizado, utilizado em sistemas de vedações verticais internas (paredes, forros e revestimentos) de edificações, com o objetivo de garantir que estes componentes tenham desempenho satisfatório, contribuindo para a segurança estrutural e contra incêndio do sistema ao longo da sua vida útil, conforme estabelece a norma de desempenho.

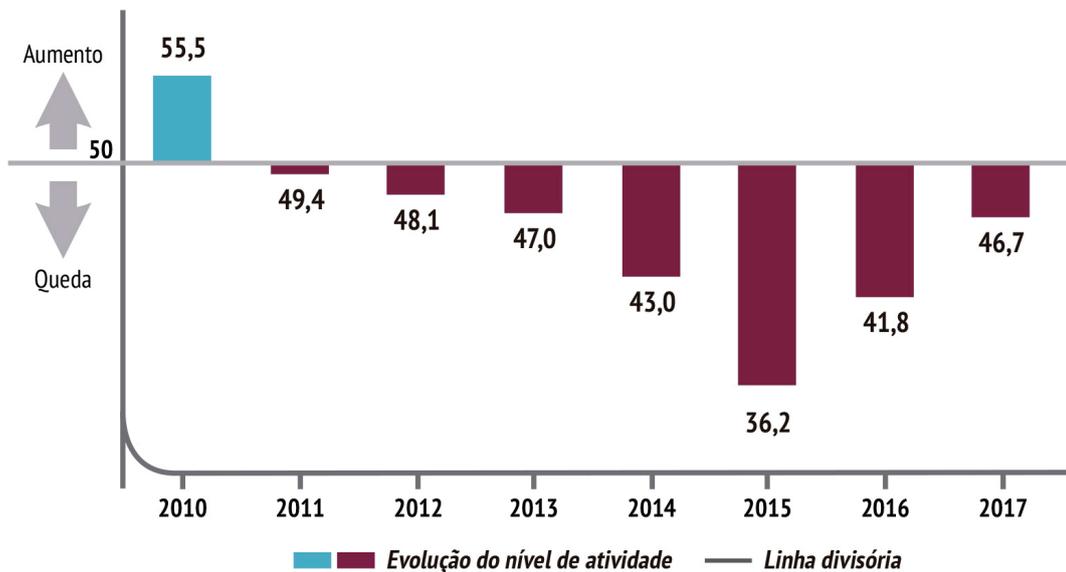
C.M: Há alguma estratégia prevista para ampliação dos PSQs para novos programas e para aumentar o número de empresas nos programas já existentes?

M.S.C.W: A principal estratégia adotada é o uso do poder de compra do Governo Federal, inserindo as diretrizes do PBQP-H nos regulamentos dos Programas Habitacionais de Interesse Social, geridos pelo Ministério das Cidades. Como exemplo, destacamos o fato da Portaria nº 267/2017 supracitada, estabelecer nas suas Diretrizes Gerais o "atendimento às diretrizes do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), no que diz respeito à promoção da qualidade, produtividade e sustentabilidade do Habitat, principalmente na utilização de materiais de construção produzidos em conformidade com as normas técnicas, especialmente aqueles produzidos por empresas qualificadas nos programas setoriais da qualidade (PSQ), do Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC); à contratação de empresas construtoras certificadas no Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) e ao Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais (SiNAT)".

SONDAGEM DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL – BRASIL

Evolução do nível de atividade nos meses de agosto (2011-2017)

Índice de difusão (0 a 100)*



*Índice varia de 0 a 100. Valores maiores que 50 indicam crescimento do nível de atividade.

Fonte: Sondagem da Indústria da Construção/Confederação Nacional da Indústria.

AGENDA



III ENCONTRO NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

10 de outubro

III ENCONTRO NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Horário: 9h às 16h

Local: Complexo Brasil 21 – Setor Hoteleiro Sul Quadra 6 – Brasília



16 de outubro

FASE III - CONCESSÕES E PARCERIAS

Local: Aracaju-SE



17 e 18 de outubro

16º CONGRESSO SINDUSCON-MG DE MATERIAIS, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

Horário: 09h às 18h

Local: FIEMG – Auditório 4º andar Avenida do Contorno, 4456 – Funcionários Belo Horizonte – MG



18 de outubro

ROADSHOW BIM

Horário: 7h30 às 12h

Local: Sinduscon-MT – Avenida Tancredo Neves, 93 – 2º andar – Bairro Jardim Petrópolis – Cuiabá (MT)



20 de outubro

ROADSHOW BIM

Horário: 07:30 - 12:00

Local: Ademi-BA



23, 24 e 25 de outubro

INNOVAR PARA CONSTRUIR

Horário: 10h às 15h30

Local: Maceió-AL

EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins

Equipe de Comunicação:

Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br

Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br

Sandra Bezerra – comunica@cbic.org.br

Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Carmen Cunha - redacao@cbic.org.br

Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - marketing@cbic.org.br

Projeto Gráfico: Radiola

Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula

Telefone: (61) 3327-1013